

Soberania ainda divide os líderes

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), qualificou ontem de "radicalismo" a luta pela explicitação, no Regimento Interno da Constituinte, da soberania da Assembléia. Segundo Lourenço, "isto é coisa de extrema-direita, liderada pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), com a esquerda".

Já para o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), não há qualquer radicalismo na defesa da proposta dos projetos de decisão: "Ela significa uma mera salvaguarda da Constituinte, e uma reafirmação da sua soberania. A convocação é clara no sentido de que a Constituinte se reunirá livre e soberanamente. A Assembléia vai fazer a nova Carta, passar a limpo as instituições, definir se o sistema será presidencialista ou parlamentarista e o papel dos militares. Uma Constituinte que não fosse soberana não poderia fazer estes trabalhos".

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), enxerga "má-fé" nos defensores da proposta. Segundo Amaral, eles pretendem "colocar-se como juizes da nova ordem sem lei, e querem se tornar uma quadrilha de vigilantes do oeste americano, para que possam implantar a lei que desejarem".

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS), do grupo Pró-Soberania, defende-se afirmando que o movimento pela soberania, desde o seu início, tem "uma correta avaliação da necessidade de disciplinar a fase final do processo de transição".

— Radicaliza o processo neste momento quem não contribui para discipliná-lo e estabelecê-lo. Os primeiros trinta dias da Constituinte mostraram claramente que não se conseguirá fazer a Constituição e enfrentar o dia-a-dia do País sem definir preliminarmente as formas disso — acrescentou.